

ANC 88
Pasta 10/85-2
093/1985

FOLHA DE SÃO PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO

Hora da verdade

23 OUT 1985

Ass. Constituinte

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

Frases grandiloquentes, figuras de retórica, gestos do mais belo simbolismo, tudo foi utilizado, nestes seis meses de governo Sarney, para adiar a "hora da verdade". Mas, na semana passada, ela chegou.

A derrota do substitutivo apresentado pelo deputado Flávio Bierrenbach ao ato convocatório da Constituinte e a demissão do presidente do Inbra, dr. José Gomes da Silva, evidenciam claramente que, no interior da Aliança Democrática, mandam os setores retrógrados.

No caso do substitutivo Bierrenbach, setores do PMDB, do PFL, aliaram-se ao PDS ("realpolitik" é isso), a fim de massacrar uma fórmula convocatória preconizada pela OAB, CNBB, CUT e Conclat, para citar apenas quatro das centenas de entidades que, reunidas nos plenários pró-participação popular na Constituinte, reclamam uma Assembleia livre, soberana, especificamente dedicada à formulação da futura Carta Magna.

O principal argumento invocado para rejeitar o plebiscito prévio —tábil fórmula encontrada pelo deputado Bierrenbach para evitar um confronto entre, de um lado, o governo e o Congresso e, de outro, as

entidades que articularam a resistência democrática— foi o do número excessivo de eleições. De acordo com a proposta, teríamos eleições, em março de 86, para decidir plebiscitariamente se a Constituinte deveria ser "congressual" (é assim que se diz, agora) ou exclusivamente dedicada à formulação do texto constitucional; em setembro, teríamos eleições para governadores e deputados estaduais. Na verdade, a preocupação do "stablishment" não é com o número de eleições (muito mais se gasta em propaganda dos governantes e das estafais), mas com o fato de que, aceita a fórmula do plebiscito, o ano de 1986 seria um ano de muita mobilização popular. Povo na rua incomoda os setores retrógrados —hoje dominantes na Aliança Democrática— pela simples razão de que, na praça, o povo reclamará o cumprimento das promessas da campanha eleitoral.

Falacioso é o argumento de que a forma de convocação da Constituinte importa menos do que a eleição de constituintes comprometidos com o povo. Desconhecem acaso seus defensores que o ato convocatório preparado no Palácio do Planalto foi feito de encomenda para assegurar a reeleição da maioria dos atuais

deputados e senadores, com a finalidade precípua de compor uma Constituinte incapaz de ameaçar os privilégios do "stablishment"? E este o significado da expressão "transição sem ruptura", hoje corrente no Congresso?

Não deixa de ser triste observar como o exercício da "realpolitik" pode fazer com que políticos comprometidos com o povo acabem prestando inestimável serviço à direita mais atrasada.

A demissão do dr. José Gomes da Silva decorre logicamente do descumprimento de uma das promessas da campanha de Tancredo Neves: realizar uma reforma agrária nos termos do Estatuto da Terra. O plano preparado pelo dr. José Gomes fazia exatamente isso. O decreto do presidente Sarney, preparado em anônimas assessorias palacianas, volta atrás. Impõe ao Inbra mais limitações do que a lei do general Castelo Branco! Não é demais? Diante desse recuo, a demissão do dr. José Gomes só pode surpreender aqueles que se esqueceram de que, quando muda a política, a conduta certa de quem exerce cargo de confiança é "botar o chapéu na cabeça".

Os dois episódios mostram para onde vai o governo Sarney. Se os

progressistas da Aliança Democrática não reagirem aos avanços dos conservadores, não ampliarem suas forças mediante entendimentos programáticos com outros setores comprometidos com a causa popular; enfim, se não forem capazes de forjar uma aliança de centro-esquerda bastante sólida e aguerrida, adeus esperanças de uma solução aceitável para o pacto antiinflacionário, política econômica, dívida externa. Como nos casos da Constituinte e da reforma agrária, as boas intenções dos técnicos competentes e honestos esbarrarão —na hora da verdade— com a muralha intransponível dos que, entrincheirados no anonimato das assessorias palacianas, comandam, de fato, o País.

Mas, nem tudo está perdido. As democracias sempre se fortalecem com os gestos de coragem e de despreendimento dos homens de bem. O voto do deputado Bierrenbach e a demissão do dr. José Gomes nos ajudarão a ver que ainda há tempo para corrigir a rota.

PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO, 54, é deputado federal (PT-SP), advogado, professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; foi coordenador do Plano de Ação do Governo de São Paulo (1958-1962) e consultor da ONU.